

CORREIO DE CAMPINAS

Divulgação



Ofícios foram enviados a três cidades da região

Vereadora de Campinas cobra municípios sobre água I

A vereadora Mariana Conti, de Campinas, e a deputada federal Sâmia Bomfim, ambas do PSol, enviaram ofícios às prefeituras de Hortolândia, Paulínia e Monte Mor solicitando informações sobre a qualidade e a regularidade do abastecimento de água nos respectivos municípios devido às denúncias de falta de abastecimento e de água suja saindo das torneiras. A Sabesp, responsável pelo abastecimento das três cidades, é a maior empresa de saneamento do país, e foi privatizada em 2024 na gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). Mas, em 2025, foi líder de reclamações no Procon-SP, com 6.879 queixas.

Vereadora de Campinas II

“Quando querem privatizar, os governos começam sucateando o serviço para colocarem a privatização como a solução mágica. Eles vêm com a promessa de que o repasse à iniciativa privada vai fazer com que os problemas sejam superados, o que nunca acontece. Na prática, o serviço fica mais caro e pior, e a população fica sem saber a quem cobrar”, declara a vereadora.

Câmara Municipal de Campinas



Para receber benefício é preciso comprovação

Isenção de pagamento de água por TEA I

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) protocolou um Projeto de Lei na Câmara que isenta pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) que moram em Campinas de pagar taxas de água e esgoto. De acordo com o vereador, é amplamente reconhecido que o TEA demanda cuidados contínuos, acompanhamento terapêutico multidisciplinar e a adoção de rotinas específicas, muitas vezes implicando em maior consumo de recursos essenciais, como a água.

Isenção de pagamento de água por TEA II

Para a concessão do benefício, é necessário o laudo médico que comprove o diagnóstico do transtorno, a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA e o comprovante de residência atualizado em nome do requerente ou responsável legal. “É uma medida de interesse público, que reforça o compromisso com inclusão, sensibilidade social e amparo às famílias que mais necessitam”, afirma.

Prevenção I

O corte de árvores na Praça do Coco gerou revolta imediata entre os moradores de Barão Geraldo que se reuniram em ato público para manifestar o descontentamento com a supressão da vegetação local, demonstrando a importância do patrimônio ambiental para a comunidade campineira.

Prevenção II

A indignação ultrapassou as ruas do distrito, ganhou as redes sociais e chegou ao plenário da Câmara. A vereadora Fernanda Souto (PSol-SP) protocolou um requerimento na Prefeitura para que o secretário de Serviços Públicos, Ernesto Paulela, dê explicações à população sobre o ocorrido.

Prevenção III

O documento exige que Paulela apresente os laudos técnicos e explique por que não foram tomadas alternativas de manejo menos invasivas. Busca transparência sobre o cronograma de compensação ambiental e quer entender se as diretrizes de arborização urbana foram seguidas rigorosamente.

Prevenção IV

A pressão social exercida pelos moradores e pelo mandato legislativo coloca o debate sobre o meio ambiente no centro da agenda política da cidade, reforçando o papel da participação direta na gestão do espaço público. Além disso, a comunidade espera que as respostas do Executivo sejam acompanhadas por ações concretas de reparação.

Prevenção V

O episódio serve como alerta para necessidade de modelos de zeladoria urbana que priorizem a manutenção preventiva e o respeito aos ecossistemas consolidados dentro do perímetro urbano. Afinal, quais medidas de prevenção têm sido tomadas pela secretaria para que as árvores não precisassem ser derrubadas?

Prevenção IV

A continuidade do monitoramento pela Câmara e a vigilância constante dos coletivos locais são essenciais para que o episódio da Praça do Coco resulte em políticas públicas mais sustentáveis e que previnam o adoecimento das árvores, ao invés de simplesmente tombá-las com motosserras.



Escola Técnica Bento Quirino, na Avenida Orosimbo Maia

MP acionado para bolsas nas FATECs e ETECs

Representação foi protocolada por vereador de Campinas

Raquel Valli

Uma representação foi protocolada no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) para exigir que o governo paulista cumpra a lei estadual que autoriza a criação de bolsas de auxílio permanência para estudantes de Faculdades de Tecnologia (FATECs) e Escolas Técnicas (ETECs). A lei, de 2018, ainda não saiu do papel 6 anos após a sanção, enquanto o índice de evasão escolar nas unidades chega a 60%.

Mesmo com a previsão legal, a Fatec é a única instituição de ensino superior estadual sem políticas de bolsas permanência efetivadas. A denúncia foi feita pelo vereador de Campinas, Gustavo Petta, e pelo deputado federal Orlando Silva, ambos do PCdoB. Segundo os parlamentares, a falta de uma política de assistência estudantil eficiente impede que alunos de baixa renda concluam os estudos, prejudicando a formação de mão de obra qualificada no estado.

Auxílio permanência

É um benefício financeiro destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica de instituições públicas.

Custeia gastos com transporte, alimentação e moradia, visando combater a evasão escolar e garantir as condições necessárias para a conclusão do curso.

O acesso ocorre via seleção por renda, permitindo que o aluno mantenha o foco exclusivamente nas atividades acadêmicas.

A legislação de 2018 estabelece que o auxílio paulista deve atender estudantes com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, com valor máximo equiparado às bolsas de iniciação científica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - agência governamental vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação, oferecendo bolsas e financiamento para pesquisadores e estudantes).

Denúncia

Para Petta, a situação atual configura omissão administrativa do governo paulista.

“O Centro Paula Souza é referência em ensino, mas a excelência não se sustenta se o aluno não consegue chegar à escola ou na faculdade. Estamos pedindo que o Ministério Público intervenha para que o orçamento estadual garanta o que já é direito dos estudantes por lei.”

O outro lado

O Correio da Manhã entrou em contato com o Palácio dos Bandeirantes para obter o posicionamento do Estado de São Paulo a respeito, e aguarda a resposta para publicá-lo.